

# SUMÁRIO



**MP-SP**

*Analista de Promotoria II - Agente de Promotoria*

## LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários) .....	1
Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras .....	2
Pontuação .....	10
Ortografia.....	14
Acentuação.....	23
Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção – emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem.....	26
Vícios e figuras de linguagem .....	37
Concordância verbal e nominal .....	44
Regência verbal e nominal .....	46
Colocação pronominal.....	49
Crase .....	51
Questões .....	52
Gabarito.....	73

## MATEMÁTICA

Situações-problema, envolvendo: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação ou radiciação com números racionais, nas suas representações fracionária ou decimal .....	1
Mínimo múltiplo comum e Máximo divisor comum.....	3
Razão e proporção .....	7
Regra de três simples ou composta .....	9
Porcentagem .....	11
Equações do 1º ou do 2º grau .....	13
Sistema de equações do 1º grau .....	18
Grandezas e medidas – quantidade, tempo, comprimento, superfície, capacidade e massa .....	20
Relação entre grandezas – tabela ou gráfico.....	26
Tratamento da informação – média aritmética simples .....	30
Noções de geometria – forma, ângulos, área, perímetro, volume, Teoremas de Pitágoras ou de Tales .....	31
Questões .....	47
Gabarito.....	59

# SUMÁRIO

# SUMÁRIO

## RACIOCÍNIO LÓGICO

Compreensão de estruturas lógicas.....	1
Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões .....	10
Diagramas lógicos .....	15
Princípios de contagem e probabilidade .....	18
Sequências.....	25
Questões .....	27
Gabarito.....	38

## INFORMÁTICA

Microsoft Windows 10 e 11: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos Microsoft Office 365 .....	1
Microsoft Word 365 e versões posteriores: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto .....	28
Microsoft Excel 365 e versões posteriores: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados .....	47
Microsoft PowerPoint 365 e versões posteriores: estrutura básica das apresentações-conceitos de slides, anotações, régua, guias, cabeçalhos e rodapés, noções de edição e formatação de apresentações, inserção de objetos, numeração de páginas, botões de ação, animação e transição entre slides .....	67
Microsoft Outlook 365 e versões posteriores: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos.....	80
Internet: navegação na Internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas.....	84
Microsoft OneDrive 365 e versões posteriores: conceito de pastas, criação de arquivosmanipulação de arquivos, pastas e compartilhamento.....	91
Microsoft Sharepoint 365 e versões posteriores: conceito de pastas, criação de arquivosmanipulação de arquivos, pastas, compartilhamento e navegação em páginas .....	93
Microsoft Teams 365 e versões posteriores: conceito de conversas em chat, chamadas de áudio/vídeo, criação e participação em reunião de videochamadas, trabalho colaborativo em grupos e chats.....	94
Proteção de dados e direito de privacidade de informação .....	101
Responsabilidade de provedores de internet, sítios de internet, usuários e empresas-Quebra do sigilo telemático .....	109
Redes sociais, direitos de personalidade e notícias falsas, remoção de conteúdo, direito ao esquecimento .....	111
Questões .....	112
Gabarito.....	122

# SUMÁRIO

## DIREITO CONSTITUCIONAL E MINISTÉRIO PÚBLICO

Conceito, classificação, objeto e elementos das Constituições .....	1
Princípios constitucionais da República Federativa do Brasil .....	7
Direitos e deveres individuais e coletivos: Direitos e garantias fundamentais; Direitos Sociais; Nacionalidade; Direitos Políticos e Partidos Políticos.....	8
Estado, Governo e Organização Federal, Estadual e Municipal; Repartição de competências no Estado Brasileiro: Administração Federal, Estadual e Municipal .....	26
Poder Legislativo: Processo Legislativo .....	40
Poder Executivo: Presidente da República, Ministros e Conselhos.....	46
Poder Judiciário, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunais Regionais Federais e Tribunais e Juízes dos Estados; Conselho Nacional da Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público .....	52
Ministério Público: disposições constitucionais, fins, princípios, organização, garantias, vedações e funções .....	73
Defesa do Estado e das Instituições Democráticas .....	78
Ordem Social.....	84
Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993) e Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo (Lei Complementar Estadual nº 734, de 26 de novembro de 1993).....	108
Direitos Humanos: Conceito; Evolução; Abrangência .....	208
Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos .....	217
Sistema Interamericano.....	219
Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.....	221
Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica e Decreto nº 678/1992) .....	224
Questões .....	245
Gabarito.....	252

## DIREITO PENAL

Parte Geral do Código Penal; Da aplicação da Lei Penal: arts. 1º a 12 .....	1
Do crime: arts. 13 a 25 .....	5
Da imputabilidade penal: arts. 26 a 28 .....	23
Do concurso de pessoas: arts. 29 a 31 .....	26
Das penas e das Medidas de Segurança: arts. 32 a 99 .....	29
Da ação penal: arts. 100 a 106 .....	32
Da extinção da punibilidade: arts. 107 a 120 .....	37

# SUMÁRIO



Parte Especial do Código Penal: Dos crimes contra a pessoa: Dos crimes contra a vida: arts. 121 a 128; Das lesões corporais: art. 129; Da periclitación da vida e da saúde: arts. 130 a 136; Dos crimes contra a liberdade pessoal: arts. 146 a 149-A.....	42
Dos crimes contra o patrimônio e suas disposições gerais: arts. 155 a 183-A.....	72
Dos crimes contra a saúde pública: arts. 267 a 285 .....	99
Dos crimes contra a fé pública: arts. 289 a 311 .....	108
Dos crimes contra a Administração Pública: arts. 312 e 359-H .....	112
Dos crimes contra o Estado Democrático de Direito: arts. 359-I a 359-U.....	117
Questões .....	127
Gabarito.....	133

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

Código de processo penal. Juiz das garantias: arts. 3º-a a 3º-f.....	1
Do inquérito policial: arts. 4º a 23.....	3
Da ação penal: arts. 24 A 62 .....	7
Da ação civil: arts. 63 A 68 .....	11
Da competência: arts. 69 A 91.....	12
Das incompatibilidades e impedimentos: art. 112 .....	15
Do conflito de jurisdição: arts. 113 A 117 .....	16
Da restituição de coisas apreendidas: arts. 118 A 124-a.....	16
Das medidas assecuratórias: arts. 125 A 144-a .....	17
Da prova. Disposições gerais: arts. 155 A 157 .....	20
Do exame de corpo de delito, da cadeia de custódia e das perícias em geral: arts. 158 A 184 .....	21
Do interrogatório do acusado: arts. 185 A 196 .....	25
Da confissão: arts. 197 A 200.....	28
Do ofendido: art. 201 .....	28
Das testemunhas: arts. 202 A 225.....	29
Do reconhecimento de pessoas e coisas: arts. 226 A 228.....	31
Da acareação: arts. 229 A 230 .....	32
Dos documentos: arts. 231 A 238.....	32
Dos indícios: art. 239.....	33
Da busca e apreensão: art. 240 A 250 .....	33
Do juiz, do ministério público, do acusado e defensor, dos assistentes e auxiliares da justiça: artigos 251 a 281.....	35
Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória: arts. 282 A 350.....	38
Da sentença: arts. 381 A 393 .....	49

# SUMÁRIO

# SUMÁRIO



Dos processos em espécie. Do processo comum. Da instrução criminal: arts. 394 A 405.....	51
Do processo sumário: arts. 531 A 540.....	54
Prisão temporária (lei nº 7.960/1989).....	55
Lei de crimes hediondos (lei nº 8.072/90) .....	56
Juizados especiais criminais (lei nº. 9.099/1995), Incluindo do termo circunstanciado e das peças de informação .....	60
Lei de interceptação telefônica (lei nº 9.296/1996) .....	73
Lei de proteção às vítimas, testemunhas e réus colaboradores (lei nº 9.807/99).....	75
Lei de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores (lei nº 9.613/1998).....	79
Questões .....	88
Gabarito.....	94

## TEORIA GERAL DAS CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Conceituação, objetivos, campo de atuação e usuários da informação contábil.....	1
Depreciação .....	4
Estrutura Conceitual da Contabilidade.....	6
Componentes do patrimônio: Ativo, passivo e patrimônio líquido.....	10
Variação do patrimônio líquido: Receita, despesa, ganhos e perdas.....	16
Apuração dos resultados. Conceitos, forma de avaliação e evidenciação .....	18
Escrituração contábil: Método das partidas dobradas.....	21
Contas patrimoniais e de resultado .....	27
Lançamentos contábeis.....	29
Balanco patrimonial. Estrutura, forma de evidenciação, critérios de elaboração e principais grupamentos .....	30
Ativo circulante. Estrutura, evidenciação, conceitos, formas e métodos de avaliação. Tratamento contábil das contas redutoras; Ativo Não Circulante.....	36
Balancete de Verificação .....	49
Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).....	51
Noções de Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA).....	53
Regime de competência e caixa .....	54
Classificação de receitas e despesas .....	56
Cálculo do lucro ou prejuízo do exercício.....	58
Questões .....	60
Gabarito.....	69

# SUMÁRIO

# SUMÁRIO

## ATUALIDADES

Notícias nacionais e internacionais veiculadas pela imprensa nacional escrita e falada a partir do primeiro semestre de 2025 até a data de publicação deste Edital ..... 1

## LEGISLAÇÃO - INFORMÁTICA

Lei nº 9.609/1998 (Propriedade intelectual de programa de computador).....	1
Lei nº 12.737/2012 (Lei dos crimes cibernéticos - Lei Carolina Dieckmann) .....	4
Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet).....	6
Lei nº 13.188/2015 (Direito de resposta).....	14
Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).....	16
Lei nº 12.527/2011.....	40
Questões .....	52
Gabarito.....	59

## LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL E EXTRAVAGANTE

Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984).....	1
Lei de crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990).....	35
Crimes de tortura (Lei nº 9.455/1997) .....	35
Crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei nº 9.613/1998) .....	36
Estatuto de Desarmamento (Lei nº 10.826/2003) .....	36
Lei de Combate ao Tráfico de Drogas (Lei nº 11.343/2006) .....	46
Lei do Crime Organizado (Lei nº 12.850/2013) .....	70
Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019) .....	78
Lei do Sistema Único de Segurança Pública – Susp (Lei nº 13.675/2018).....	85
Lei n. 9.883/1999 - Criação da ABIN e do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) ..	105
Lei Complementar n. 129/2009 - Organização da atividade de inteligência dos entes federados.....	108
Resolução n. 156/2016- CNMP.....	113
Resolução n. 260/2023-CNMP.....	123
Questões .....	124
Gabarito.....	130

# SUMÁRIO

## DIREITO ADMINISTRATIVO

Conceito de administração pública.....	1
Estrutura da administração: administração direta e indireta; autarquias, fundações, empresas públicas e sociedade de economia mista (lei nº 13.303/2016).....	2
Princípios explícitos e implícitos da administração pública.....	40
Controle da administração pública: controle interno e controle externo; espécies de controle;. Controle social, legislativo, judicial e administrativo.....	56
Ações constitucionais: mandado de segurança e habeas data; ação popular (lei no 4.717/1974); Ação civil pública (lei no 7.347/1985).....	65
Poderes administrativos.....	79
Atos administrativos: conceito, requisitos, atributos, discricionariedade e vinculação; classificação; espécies, motivação, anulação, revogação e extinção.....	89
Agentes públicos: regime jurídicoconstitucional, arts. 37 A 41 da constituição federal..	111
Processo administrativo: conceito, requisitos, objetivos, fases, espécies, princípios do processo administrativo.....	120
Bens públicos.....	127
Serviços públicos.....	130
Concessões e parcerias público-privadas (lei nº 8.987/1995 E lei nº 11.079/2004).....	148
Noções de licitação e contratos administrativos (lei nº 14.133/2021).....	171
Improbidade administrativa (lei nº 8.429/1992).....	294
Lei de acesso à informação (lei nº12.527/2011).....	321
Lei anticorrupção (lei nº 12.846/2013).....	334
Resoluções internas: resolução cnmp nº 174/2017.....	340
Recomendação de caráter geral cnmp nº 4/2017.....	343
Resolução CNMP nº 181/2017 (resolução CNMP PICS).....	343
Resolução nº 1.047/2017-Pgj (resolução MPSP_GAECO).....	355
Questões.....	360
Gabarito.....	367

# SUMÁRIO



## LEITURA E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS

A leitura é um processo cognitivo e interpretativo no qual o leitor atribui significados ao texto com base em seu repertório cultural, contexto social e conhecimentos prévios. Não se trata apenas de decodificar palavras e frases, mas de compreender as intenções comunicativas do autor, identificar relações intertextuais e captar mensagens implícitas.

A construção de sentidos ocorre de maneira dinâmica e interativa. O leitor não é um mero receptor passivo de informações, mas um agente ativo que relaciona o conteúdo do texto com sua própria experiência. Assim, um mesmo texto pode ser interpretado de diferentes formas, dependendo do contexto e do leitor.

### ► O Papel do Leitor na Construção de Sentidos

Segundo a teoria da recepção, o leitor desempenha um papel essencial na construção de significados. Ele não apenas absorve as informações do texto, mas também as reorganiza mentalmente, complementando-as com seus conhecimentos prévios e atribuindo-lhes valor.

Há três níveis principais de leitura:

- **Leitura literal:** Foca no que está explicitamente dito no texto, compreendendo seu significado superficial.
- **Leitura inferencial:** Exige a capacidade de interpretar informações implícitas, deduzindo relações lógicas e contextuais.
- **Leitura crítica:** Analisa o texto em sua totalidade, considerando aspectos ideológicos, argumentativos e intertextuais.
- **Exemplo:** Em uma notícia sobre mudanças climáticas, a leitura literal identificaria os dados apresentados, a inferencial deduziria causas e consequências, e a crítica questionaria a fonte e a intenção do autor.

### ► Elementos que Influenciam a Construção de Sentidos

Diversos fatores afetam a interpretação de um texto, entre os quais se destacam:

- **Contexto:** A situação histórica, social e cultural em que o texto foi produzido e lido interfere diretamente na construção de sentidos.
- **Intenção comunicativa:** O autor pode querer informar, persuadir, criticar ou entreter, e o leitor deve identificar essa intenção para compreender o texto corretamente.
- **Gênero textual:** Cada tipo de texto segue normas específicas. Um artigo de opinião, por exemplo, traz argumentação e subjetividade, enquanto uma notícia busca objetividade.
- **Intertextualidade:** Muitas vezes, um texto faz referência a outros textos ou discursos, ampliando seus significados.
- **Exemplo:** Um meme na internet pode conter uma citação literária que só será compreendida plenamente por leitores familiarizados com a obra original.

### ► O Papel do Texto na Construção de Sentidos

Além do leitor, o próprio texto possui características que direcionam a interpretação. Entre os principais aspectos textuais que influenciam a leitura, destacam-se:

- **Coesão e coerência:** Um texto bem estruturado facilita a compreensão. A falta de conexão lógica entre as ideias pode gerar múltiplas interpretações ou dificultar a leitura.
- **Linguagem e estilo:** O uso de metáforas, ironia, polissemia e outros recursos linguísticos pode ampliar ou modificar os sentidos do texto.



A habilidade de resolver problemas matemáticos é aprimorada através da prática e do entendimento dos conceitos fundamentais. Neste contexto, a manipulação de números racionais, seja em forma fracionária ou decimal, mostra-se como um aspecto essencial. A familiaridade com essas representações numéricas e a capacidade de transitar entre elas são competências essenciais para a resolução de uma ampla gama de questões matemáticas. Vejamos alguns exemplos:

**01. (Câmara Municipal de São José dos Campos/SP – Analista Técnico Legislativo – Designer Gráfico – VUNESP)** Em um condomínio, a caixa d'água do bloco A contém 10 000 litros a mais de água do que a caixa d'água do bloco B. Foram transferidos 2 000 litros de água da caixa d'água do bloco A para a do bloco B, ficando o bloco A com o dobro de água armazenada em relação ao bloco B. Após a transferência, a diferença das reservas de água entre as caixas dos blocos A e B, em litros, vale

- (A) 4 000.
- (B) 4 500.
- (C) 5 000.
- (D) 5 500.
- (E) 6 000.

**Resolução:**

$$A = B + 10000 \quad (I)$$

$$\text{Transferidos: } A - 2000 = 2.B, \text{ ou seja, } A = 2.B + 2000 \quad (II)$$

Substituindo a equação ( II ) na equação ( I ), temos:

$$2.B + 2000 = B + 10000$$

$$2.B - B = 10000 - 2000$$

$$B = 8000 \text{ litros (no início)}$$

$$\text{Assim, } A = 8000 + 10000 = 18000 \text{ litros (no início)}$$

Portanto, após a transferência, fica:

$$A' = 18000 - 2000 = 16000 \text{ litros}$$

$$B' = 8000 + 2000 = 10000 \text{ litros}$$

$$\text{Por fim, a diferença é de : } 16000 - 10000 = 6000 \text{ litros}$$

**Resposta: E.**

**02. (EBSERH/ HUSM/UFMS/RS – Analista Administrativo – AOCP)** Uma revista perdeu  $\frac{1}{5}$  dos seus 200.000 leitores.

Quantos leitores essa revista perdeu?

- (A) 40.000.
- (B) 50.000.
- (C) 75.000.
- (D) 95.000.
- (E) 100.000.



Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

## VALORES LÓGICOS

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- **Verdadeiro (V)**, caso a proposição seja verdadeira.
- **Falso (F)**, caso a proposição seja falsa.

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples:  $p \equiv p$

Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

- **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.

- **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.”

Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

## Classificação das Proposições

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

### • Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- Frases interrogativas: “Quando será a prova?”
- Frases exclamativas: “Que maravilhoso!”
- Frases imperativas: “Desligue a televisão.”
- Frases sem sentido lógico: “Esta frase é falsa.”

### • Sentenças Fechadas

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- Sentença fechada e verdadeira: “ $2 + 2 = 4$ ”
- Sentença fechada e falsa: “O Brasil é uma ilha”



## WINDOWS 10

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

### Principais Características e Novidades

– **Menu Iniciar:** O Menu Iniciar, ausente no Windows 8, retorna com melhorias no Windows 10. Ele combina os blocos dinâmicos (tiles) do Windows 8 com o design tradicional do Windows 7, permitindo fácil acesso a programas, configurações e documentos recentes.

– **Assistente Virtual Cortana:** A Cortana é uma assistente digital que permite realizar tarefas por comandos de voz, como enviar e-mails, configurar alarmes e pesquisar na web. Este recurso é similar ao Siri da Apple e ao Google Assistant.

– **Microsoft Edge:** O navegador Edge substituiu o Internet Explorer no Windows 10. Ele é mais rápido e seguro, oferecendo recursos como anotações em páginas web e integração com a Cortana para pesquisas rápidas.

– **Múltiplas Áreas de Trabalho:** Esse recurso permite criar várias áreas de trabalho para organizar melhor as tarefas e aplicativos abertos, sendo útil para multitarefas ou organização de projetos.

### Instalação do Windows

- Baixe a ferramenta de criação de mídia no site da Microsoft.
- Use-a para criar um pendrive bootável com a ISO do Windows.
- Reinicie o PC e entre na BIOS/UEFI para priorizar o boot pelo pendrive.
- Na instalação, selecione idioma e versão, depois a partição (formate se necessário).
- Crie um usuário e siga os passos da configuração inicial.
- Após finalizar, o Windows estará pronto para uso.



## Natureza

Segundo a doutrina clássica o direito é dividido em dois grandes ramos, quais sejam: direito público e direito privado<sup>1</sup>.

Destaque-se que, não obstante a doutrina mais moderna já tenha superado essa classificação dicotômica entre direito público e privado (vez que o direito é uno e indivisível, devendo ser entendido como um conjunto harmônico), para fins didáticos e de provas de concursos públicos continuaremos a adotá-la. Destaque-se que essa classificação, segundo a doutrina, é atribuída a Jean Domat.

Modernamente, ante o reconhecimento de novos direitos e das transformações do Estado, a doutrina percebeu uma forte influência do direito constitucional sobre o direito privado, reconhecendo, em diversas situações, a aplicação direta dos direitos fundamentais nas relações privadas, surgindo a denominada “eficácia horizontal dos direitos fundamentais”.

Com isso, o Direito Constitucional deixa de ser reconhecido apenas e tão somente em uma relação vertical (Estado X Cidadão), passando a ser reconhecido também nas relações horizontais (cidadão X cidadão). O princípio matriz desse novo panorama é o princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento (viga mestra) da República Federativa do Brasil (Art. 1.º, III, CF).

Tema de grande controvérsia diz respeito ao conceito de Constituição, haja vista que ela envolve a perspectiva histórico-universal dos intitulados ciclos constitucionais. Faz-se importante perceber que a ideia de Constituição deve ser compreendida mesmo antes do surgimento do constitucionalismo em sentido estrito.

Isso porque, toda e qualquer sociedade, independentemente da época e do lugar, sempre possuiu um conjunto de regras de organização do Estado, semelhantes ao que intitulamos de Constituição.

Conquanto exista diversos parâmetros para se conceituar o Direito Constitucional e, por consequência, a própria Constituição, partiremos do conceito cunhado pelo brilhante professor José Afonso da Silva que afirma que o direito constitucional é “Direito Público fundamental por referir-se diretamente à organização e fundamento do Estado, à articulação dos elementos primários do mesmo e ao estabelecimento das bases da estrutura política”.

A partir dessa lição do professor José Afonso, podemos conceituar a Constituição Federal como sendo a norma máxima de um Estado que estabelece sua organização e fundamentos, trazendo as regras mínimas essenciais para sua subsistência e formação.

Com isso, a Constituição Federal passa a ser a norma de validade de todo o ordenamento jurídico pátrio, sendo ela o parâmetro de validade dos demais atos normativos, haja vista o princípio da supremacia das normas constitucionais.

Em virtude do conceito transcrito acima podemos afirmar que a **natureza jurídica** do Direito Constitucional é de direito público fundamental.

O quadro abaixo sintetiza a Natureza do Direito Constitucional. Observe:

Natureza do Direito Constitucional		
Dicotomia do Direito	Uno, indivisível e indecomponível	Ramo do Direito Público

<sup>1</sup> <https://www.editorajuspodivm.com.br/cdn/arquivos/8713b4e79cb9270ecc075bfab3b84b2a.pdf>



A Lei Penal desempenha um papel fundamental na manutenção da ordem social e na proteção dos direitos fundamentais dos indivíduos. Seu objetivo é definir quais condutas são consideradas criminosas e estabelecer as respectivas sanções para quem as pratica. No entanto, a aplicação da Lei Penal não é uma tarefa simples, pois envolve uma série de princípios e regras que garantem a justiça e a segurança jurídica.

Entre os aspectos mais importantes estão as características da Lei Penal no tempo e no espaço, que determinam como e quando uma lei pode ser aplicada a uma determinada conduta. Compreender esses conceitos é essencial para a correta interpretação e aplicação das normas penais, evitando injustiças e garantindo a legalidade em todo o processo penal. Este estudo explora as principais características da Lei Penal, com ênfase em sua aplicação temporal e espacial, abordando também as exceções e os conflitos normativos que podem surgir nesse contexto.

### — Lei Penal no Tempo

A aplicação da Lei Penal ao longo do tempo é regida por princípios que visam assegurar a justiça e a previsibilidade das normas jurídicas. Dentre esses princípios, destacam-se a teoria da atividade, o princípio da legalidade e os conceitos de retroatividade e ultra-atividade das leis penais.

#### Observações Iniciais

A teoria da atividade, prevista no Art. 4º do Código Penal, determina que o crime é considerado praticado no momento da ação ou omissão, independentemente do momento em que o resultado ocorra. Isso significa que, para fins penais, o que importa é o momento da conduta do agente, e não quando as consequências dessa conduta se manifestam.

O princípio da legalidade estabelece que somente uma lei anterior pode definir infrações penais e estipular penas. Esse princípio é essencial para garantir que ninguém seja punido por um ato que não estava expressamente tipificado como crime no momento de sua prática. Dentro do princípio da legalidade, encontramos dois desdobramentos importantes:

– **Reserva Legal:** Apenas uma lei em sentido estrito, ou seja, uma lei formalmente aprovada pelo legislativo, pode criminalizar condutas e estabelecer penalidades.

– **Anterioridade da Lei Penal:** Uma lei penal só pode ser aplicada a uma conduta se esta for praticada durante a vigência dessa lei. Por exemplo, se uma lei que criminaliza uma determinada conduta entra em vigor amanhã, não se pode processar alguém por ter praticado essa conduta hoje, enquanto a lei ainda não estava em vigor.

#### Sucessão de Leis Penais no Tempo

A atividade da lei penal, distinta da teoria da atividade, determina que a lei penal se aplica apenas enquanto está em vigor. Isso implica que a lei penal regula apenas os fatos ocorridos durante sua vigência, não retroagindo para alcançar atos cometidos anteriormente, salvo em benefício do réu.

#### Exceções à Atividade da Lei Penal (Retroatividade e Ultra-atividade)

Há exceções ao princípio da atividade da lei penal, conhecidas como extratividade da lei penal, que incluem a retroatividade e a ultra-atividade das leis penais:

– **Retroatividade:** Refere-se à aplicação de uma lei penal mais benéfica a fatos ocorridos antes de sua entrada em vigor. Esse princípio visa proteger os direitos do réu, aplicando-lhe a legislação mais favorável, mesmo que os atos tenham sido praticados sob uma lei mais severa.

**DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941**

Código de Processo Penal.

**JUIZ DAS GARANTIAS****(Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência)**

Art. 3º-A. O processo penal terá estrutura acusatória, vedadas a iniciativa do juiz na fase de investigação e a substituição da atuação probatória do órgão de acusação. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência) (Vide ADI 6.298) (Vide ADI 6.300) (Vide ADI 6.305)

Art. 3º-B. O juiz das garantias é responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário, competindo-lhe especialmente: (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência) (Vide ADI 6.298) (Vide ADI 6.299) (Vide ADI 6.300) (Vide ADI 6.305)

I - receber a comunicação imediata da prisão, nos termos do inciso LXII do caput do art. 5º da Constituição Federal; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência)

II - receber o auto da prisão em flagrante para o controle da legalidade da prisão, observado o disposto no art. 310 deste Código; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência)

III - zelar pela observância dos direitos do preso, podendo determinar que este seja conduzido à sua presença, a qualquer tempo; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência)

IV - ser informado sobre a instauração de qualquer investigação criminal; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência) (Vide ADI 6.298)

V - decidir sobre o requerimento de prisão provisória ou outra medida cautelar, observado o disposto no § 1º deste artigo; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência)

VI - prorrogar a prisão provisória ou outra medida cautelar, bem como substituí-las ou revogá-las, assegurado, no primeiro caso, o exercício do contraditório em audiência pública e oral, na forma do disposto neste Código ou em legislação especial pertinente; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência) (Vide ADI 6.298)

VII - decidir sobre o requerimento de produção antecipada de provas consideradas urgentes e não repetíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa em audiência pública e oral; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência) (Vide ADI 6.298)

VIII - prorrogar o prazo de duração do inquérito, estando o investigado preso, em vista das razões apresentadas pela autoridade policial e observado o disposto no § 2º deste artigo; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência) (Vide ADI 6.298)

IX - determinar o trancamento do inquérito policial quando não houver fundamento razoável para sua instauração ou prosseguimento; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência) (Vide ADI 6.298)

X - requisitar documentos, laudos e informações ao delegado de polícia sobre o andamento da investigação; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência)

XI - decidir sobre os requerimentos de: (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência)

a) interceptação telefônica, do fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática ou de outras formas de comunicação; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência)

b) afastamento dos sigilos fiscal, bancário, de dados e telefônico; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência)

c) busca e apreensão domiciliar; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência)

d) acesso a informações sigilosas; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência)



### O que é Contabilidade?

A contabilidade é uma ciência social aplicada que tem como finalidade estudar, interpretar e registrar os fenômenos que afetam o patrimônio de uma entidade. Ela atua como uma linguagem dos negócios, permitindo o registro sistemático das operações financeiras, econômicas e patrimoniais das organizações, com o objetivo de fornecer informações úteis à tomada de decisões. Segundo o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), contabilidade é definida como:

“Uma ciência que estuda e controla o patrimônio das entidades, suas variações e os efeitos dessas variações na situação econômica e financeira.”

Portanto, seu papel vai muito além da simples escrituração: ela é essencial para que gestores, investidores, órgãos públicos e demais interessados compreendam a situação de uma empresa ou organização.

### Evolução Histórica da Contabilidade

A contabilidade surgiu da necessidade de controlar os bens e as riquezas. Civilizações antigas, como os egípcios, mesopotâmios e romanos, já utilizavam formas rudimentares de controle patrimonial. Contudo, foi no século XV que a contabilidade ganhou base científica, com a publicação da obra de Luca Pacioli, considerado o “pai da contabilidade”.

Ele sistematizou o método das partidas dobradas (débito e crédito), que é até hoje o fundamento da contabilidade moderna. Desde então, a contabilidade evoluiu como ferramenta de apoio à gestão, agregando normas internacionais, princípios éticos e novas tecnologias.

### Objetivos da Contabilidade

A contabilidade tem como objetivo principal fornecer informações relevantes para a tomada de decisões econômicas. Para isso, ela deve cumprir algumas funções essenciais:

#### Registrar:

A contabilidade registra todas as transações que alteram o patrimônio da entidade de forma cronológica, objetiva e precisa. Exemplo: compras, vendas, pagamentos, recebimentos etc.

#### Controlar:

Controla os recursos da entidade (bens, direitos e obrigações), permitindo o acompanhamento e a fiscalização do patrimônio.

#### Demonstrar:

Por meio das demonstrações contábeis, como o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), a contabilidade mostra a situação financeira e econômica da organização.

#### Analisar:

Analisa os dados patrimoniais e financeiros para interpretar o desempenho da entidade, permitindo projeções, comparações e diagnósticos.

#### Auxiliar na Tomada de Decisão:

A contabilidade oferece informações relevantes que permitem aos gestores e demais usuários avaliarem riscos, planejarem estratégias e decidirem com base em dados reais.



## MUNDO

**REELEIÇÃO DE DANIEL NOBOA APROFUNDA TENSÕES POLÍTICAS NO EQUADOR EM CENÁRIO DE INSTABILIDADE E DENÚNCIAS CONTESTADAS<sup>1</sup>**

Daniel Noboa garantiu sua permanência na presidência do Equador ao vencer o segundo turno das eleições com 55,63% dos votos válidos, superando a candidata da oposição, Luisa González, que obteve 44,37%. A votação ocorreu em um contexto nacional de grave crise de segurança, escalada da violência ligada ao narcotráfico e desconfiança generalizada nas instituições democráticas.

Logo após o anúncio oficial do resultado, González e o movimento Revolução Cidadã, liderado pelo ex-presidente Rafael Correa, questionaram a lisura do pleito, apontando supostas inconsistências nas atas eleitorais e divergências entre os números oficiais e as pesquisas de boca de urna. Ainda assim, missões de observação da União Europeia e da Organização dos Estados Americanos (OEA) afirmaram que o processo foi transparente, seguro e livre de fraudes sistemáticas.

O Tribunal Contencioso Eleitoral (TCE) rejeitou os pedidos de anulação, encerrando as vias jurídicas para reverter o resultado, o que consolidou o novo mandato de Noboa, agora com quatro anos completos pela frente. Em seu discurso de vitória, o presidente prometeu endurecer o combate às organizações criminosas, além de aprovar reformas econômicas voltadas à atração de investimentos e ao controle fiscal.

Apesar da reeleição, a polarização política no país se intensificou. O embate entre os apoiadores do atual presidente e os correístas — como são conhecidos os seguidores de Rafael Correa — tem alimentado divisões sociais profundas e dificultado a construção de consensos no Legislativo. A governabilidade de Noboa dependerá da capacidade de articulação política diante de um Congresso fragmentado e de uma população cada vez mais desconfiada do sistema político.

**► Análise geopolítica: crise institucional e redes criminais transnacionais como ameaça à democracia andina**

A vitória de Daniel Noboa se insere em um cenário regional marcado por retrocessos democráticos, ascensão de líderes polarizadores e crescimento das economias ilícitas. O Equador, historicamente posicionado entre as duas maiores potências de produção de cocaína do mundo — Colômbia e Peru —, passou de país de trânsito a epicentro do narcotráfico na costa pacífica sul-americana, com portos como o de Guayaquil sendo disputados por cartéis internacionais.

Essa “mexicanização” do crime organizado equatoriano desafia não só o governo local, mas também a segurança regional e hemisférica, afetando diretamente os fluxos migratórios, a estabilidade econômica e a confiança nas democracias latino-americanas. Organizações como o DEA (dos EUA) e a Europol vêm acompanhando de perto a atuação de grupos armados como “Los Choneros” e “Los Lobos”, cuja influência ultrapassa fronteiras nacionais.

Em termos políticos, o processo eleitoral equatoriano revela uma tendência crescente de judicialização da política e questionamento da legitimidade institucional, fenômeno que já se observou em outros países da região, como Peru, Bolívia e Guatemala. A tentativa de descredibilizar os resultados eleitorais, ainda que infundada, fragiliza as estruturas democráticas e pode abrir margem para tensões institucionais mais graves no futuro.

Sob essa ótica, a permanência de Noboa no poder pode representar uma tentativa de estabilização, mas está longe de ser garantia de governabilidade. O presidente precisará equilibrar o enfrentamento ao crime com o respeito às garantias democráticas, negociar com forças políticas diversas e assegurar apoio internacional para frear o avanço das redes criminosas e preservar a ordem constitucional.

<sup>1</sup> <https://www.infomoney.com.br/mercados/noboa-e-reeleito-no-equador-com-promessa-de-endurecer-combate-ao-crime/>



## LEI Nº 9.609 , DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:**

### CAPÍTULO I

#### PRELIMINARES

Art. 1º Programa de computador é a expressão de um conjunto organizado de instruções em linguagem natural ou codificada, contida em suporte físico de qualquer natureza, de emprego necessário em máquinas automáticas de tratamento da informação, dispositivos, instrumentos ou equipamentos periféricos, baseados em técnica digital ou análoga, para fazê-los funcionar de modo e para fins determinados.

### CAPÍTULO II

#### DA PROTEÇÃO AOS DIREITOS DE AUTOR E DO REGISTRO

Art. 2º O regime de proteção à propriedade intelectual de programa de computador é o conferido às obras literárias pela legislação de direitos autorais e conexos vigentes no País, observado o disposto nesta Lei.

§ 1º Não se aplicam ao programa de computador as disposições relativas aos direitos morais, ressalvado, a qualquer tempo, o direito do autor de reivindicar a paternidade do programa de computador e o direito do autor de opor-se a alterações não-autorizadas, quando estas impliquem deformação, mutilação ou outra modificação do programa de computador, que prejudiquem a sua honra ou a sua reputação.

§ 2º Fica assegurada a tutela dos direitos relativos a programa de computador pelo prazo de cinqüenta anos, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao da sua publicação ou, na ausência desta, da sua criação.

§ 3º A proteção aos direitos de que trata esta Lei independe de registro.

§ 4º Os direitos atribuídos por esta Lei ficam assegurados aos estrangeiros domiciliados no exterior, desde que o país de origem do programa conceda, aos brasileiros e estrangeiros domiciliados no Brasil, direitos equivalentes.

§ 5º Inclui-se dentre os direitos assegurados por esta Lei e pela legislação de direitos autorais e conexos vigentes no País aquele direito exclusivo de autorizar ou proibir o aluguel comercial, não sendo esse direito exaurível pela venda, licença ou outra forma de transferência da cópia do programa.

§ 6º O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos casos em que o programa em si não seja objeto essencial do aluguel.

Art. 3º Os programas de computador poderão, a critério do titular, ser registrados em órgão ou entidade a ser designado por ato do Poder Executivo, por iniciativa do Ministério responsável pela política de ciência e tecnologia. (Regulamento)

§ 1º O pedido de registro estabelecido neste artigo deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:

I - os dados referentes ao autor do programa de computador e ao titular, se distinto do autor, sejam pessoas físicas ou jurídicas;

II - a identificação e descrição funcional do programa de computador; e

**LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984**

Institui a Lei de Execução Penal.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I****DO OBJETO E DA APLICAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL**

Art. 1º A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

Art. 2º A jurisdição penal dos Juízes ou Tribunais da Justiça ordinária, em todo o Território Nacional, será exercida, no processo de execução, na conformidade desta Lei e do Código de Processo Penal.

Parágrafo único. Esta Lei aplicar-se-á igualmente ao preso provisório e ao condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária.

Art. 3º Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei.

Parágrafo único. Não haverá qualquer distinção de natureza racial, social, religiosa ou política.

Art. 4º O Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança.

**TÍTULO II****DO CONDENADO E DO INTERNADO****CAPÍTULO I****DA CLASSIFICAÇÃO**

Art. 5º Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal.

Art. 6º A classificação será feita por Comissão Técnica de Classificação que elaborará o programa individualizador da pena privativa de liberdade adequada ao condenado ou preso provisório. (Redação dada pela Lei nº 10.792, de 2003)

Art. 7º A Comissão Técnica de Classificação, existente em cada estabelecimento, será presidida pelo diretor e composta, no mínimo, por 2 (dois) chefes de serviço, 1 (um) psiquiatra, 1 (um) psicólogo e 1 (um) assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade.

Parágrafo único. Nos demais casos a Comissão atuará junto ao Juízo da Execução e será integrada por fiscais do serviço social.

Art. 8º O condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime fechado, será submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução.

Parágrafo único. Ao exame de que trata este artigo poderá ser submetido o condenado ao cumprimento da pena privativa de liberdade em regime semi-aberto.

Art. 9º A Comissão, no exame para a obtenção de dados reveladores da personalidade, observando a ética profissional e tendo sempre presentes peças ou informações do processo, poderá:



— Administração pública

**Conceito**

Administração Pública em sentido geral e objetivo, é a atividade que o Estado pratica sob regime público, para a realização dos interesses coletivos, por intermédio das pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos.

A Administração Pública pode ser definida em sentido amplo e estrito, além disso, é conceituada por Di Pietro (2009, p. 57), como “a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob regime jurídico total ou parcialmente público, para a consecução dos interesses coletivos”.

Nos dizeres de Di Pietro (2009, p. 54), em sentido amplo, a Administração Pública é subdividida em órgãos governamentais e órgãos administrativos, o que a destaca em seu sentido subjetivo, sendo ainda subdividida pela sua função política e administrativa em sentido objetivo.

Já em sentido estrito, a Administração Pública se subdivide em órgãos, pessoas jurídicas e agentes públicos que praticam funções administrativas em sentido subjetivo, sendo subdividida também na atividade exercida por esses entes em sentido objetivo.

Em suma, temos:

<b>SENTIDO SUBJETIVO</b>	<b>Sentido amplo</b> {órgãos governamentais e órgãos administrativos}.
<b>SENTIDO SUBJETIVO</b>	<b>Sentido estrito</b> {pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos}.
<b>SENTIDO OBJETIVO</b>	<b>Sentido amplo</b> {função política e administrativa}.
<b>SENTIDO OBJETIVO</b>	<b>Sentido estrito</b> {atividade exercida por esses entes}.

Existem funções na Administração Pública que são exercidas pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes da Administração que são subdivididas em três grupos: fomento, polícia administrativa e serviço público.

Para melhor compreensão e conhecimento, detalharemos cada uma das funções. Vejamos:

**a. Fomento:** É a atividade administrativa incentivadora do desenvolvimento dos entes e pessoas que exercem funções de utilidade ou de interesse público.

**b. Polícia administrativa:** É a atividade de polícia administrativa. São os atos da Administração que limitam interesses individuais em prol do interesse coletivo.

**c. Serviço público:** resume-se em toda atividade que a Administração Pública executa, de forma direta ou indireta, para satisfazer os anseios e as necessidades coletivas do povo, sob o regime jurídico e com predominância pública. O serviço público também regula a atividade permanente de edição de atos normativos e concretos sobre atividades públicas e privadas, de forma implementativa de políticas de governo.

A finalidade de todas essas funções é executar as políticas de governo e desempenhar a função administrativa em favor do interesse público, dentre outros atributos essenciais ao bom andamento da Administração Pública como um todo com o incentivo das atividades privadas de interesse social, visando sempre o interesse público.

A Administração Pública também possui elementos que a compõe, são eles: as pessoas jurídicas de direito público e de direito privado por delegação, órgãos e agentes públicos que exercem a função administrativa estatal.

— Observação importante:

Pessoas jurídicas de direito público são entidades estatais acopladas ao **Estado**, exercendo finalidades de interesse imediato da coletividade. Em se tratando do direito público externo, possuem a personalidade jurídica de direito público cometida à diversas nações estrangeiras, como à Santa Sé, bem como a organismos internacionais como a ONU, OEA, UNESCO.(art. 42 do CC).